

Diário do Comércio – 14/01/2015

Reajuste na energia elétrica impactará crescimento

http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=reajuste_na_energia_eletrica_impactara_crescimento&id=147459

DIÁRIO DO COMÉRCIO

ECONOMIA

14/01/2015

Reajuste na energia elétrica impactará crescimento

Mercado acena para ajustes e demissões para equalizar custos no setor industrial brasileiro

Tatiana Lagôa



O setor industrial está pagando a quarta energia mais cara do mundo/Divulgação

Depois das mudanças para reduzir artificialmente o preço da eletricidade no Brasil, o governo agora pretende dar um passo para trás e adotar o chamado "realismo tarifário". A decisão sinaliza que a Medida Provisória 579, de 2012, foi um erro e vai impactar não somente no bolso dos brasileiros como no crescimento econômico do país neste ano, na visão unânime de especialistas ouvidos. Como consequência, o momento deverá ser de ajustes e demissões para equalizar custos no setor industrial.

"Qualquer aumento na conta do consumidor representa impacto negativo seja no mercado cativo ou no livre. E o problema é que esse realismo tarifário é resultado de uma decisão política, eleitoral, que o governo tomou ao manter os preços baixos em uma época de custos altos de geração", afirma o presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Carlos Faria.

Para o mercado regulado, a alta mínima esperada neste ano é de 30% em caso de reajuste extraordinário, necessário para alcançar esse realismo tarifário prometido pelo governo. Isso sem contar com a alta normal, que ocorre uma vez ao ano. Já os integrantes do mercado livre, em sua maioria industriais, deverão sentir os impactos também ainda em 2015, mas as regras e percentuais de aumento não estão claros.

Mesmo assim, uma coisa é certa: um aumento na conta de luz impactará o crescimento econômico do país. "A indústria continua pagando a quarta energia mais cara do mundo. O impacto é negativo porque, para os industriais, energia é um insumo importante", afirma.

A primeira opção é o setor repassar os custos em sua totalidade para os consumidores finais. Porém, em função da concorrência com produtos importados, nem todos têm essa possibilidade. Nesses casos, a redução dos custos deverá ser feita por meio de corte de funcionários, com reflexos diretos no desempenho do setor, segundo Faria.

Erros - "A MP 579 foi, a meu ver, desastrosa a começar pela forma que foi promulgada. Não teve transparência e nem discussão prévia, o que gerou uma série de erros e impropriedades", afirma o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales. Apesar de ter sido uma medida promulgada em 2012, ela voltou ao debate por ser uma das causas da situação em que o setor se encontra atualmente.

Com uma série de mudanças no setor, a medida forçou redução do preço da energia para os consumidores finais. Porém, conforme lembra o presidente da Thymos Energia, João Carlos Mello, as alterações foram feitas no momento errado.

"Algumas pessoas podem pensar que a culpa dessa alta nos preços é a falta de chuva mas a verdade é que o momento foi inadequado para o governo forçar uma redução de preços. Já era sabido que os custos de geração estavam altos por isso era preciso ter cautela naquele momento", afirma.

Enquanto de um lado o governo prometia uma conta de luz mais baixa, de outro, despachava cada vez mais as térmicas. Até mesmo as usinas mais caras, com custos girando em torno de R\$ 1 mil o megawatt hora foram utilizadas.

Como a conta entre o que as empresas do setor gastavam e o que recebiam não estava fechando, o governo passou a subsidiar o setor por meio de financiamentos, tomados junto a instituições financeiras, e com recursos do Tesouro. O problema é que o segmento ainda precisa de recursos para se manter neste ano e parte do empréstimo deverá ser paga também em 2015. E é justamente nesse momento em que o governo decidiu adotar o "realismo tarifário" repassando todo o custo para os consumidores.

"O governo foi obrigado a tomar essa medida agora porque existe uma conta enorme a ser paga. Quando em 2012 o governo decidiu usar nossos reservatórios no máximo e passar a sensação para os consumidores de que estava tudo bem com uma redução artificial das tarifas, ele assinou esse cheque que vamos pagar agora", afirma o sócio-diretor da Enecel Energia, Raimundo de Paula Batista Neto.

Mercado acena para ajustes e demissões para equalizar custos no setor industrial brasileiro

Depois das mudanças para reduzir artificialmente o preço da eletricidade no Brasil, o governo agora pretende dar um passo para trás e adotar o chamado "realismo tarifário". A decisão sinaliza que a Medida Provisória 579, de 2012, foi um erro e vai impactar não somente no econômico do país neste ano, na visão unânime de especialistas ouvidos. Como consequência, o momento deverá ser de ajustes e demissões para equalizar custos no setor industrial.

"Qualquer aumento na conta do consumidor representa impacto negativo seja no mercado cativo ou no livre. E o problema é que esse realismo tarifário é resultado de uma decisão política, eleitoral, que o governo tomou ao manter os preços baixos em uma época de custos altos de geração", afirma o presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Carlos Faria.

Para o mercado regulado, a alta mínima esperada neste ano é de 30% em caso de reajuste extraordinário, necessário para alcançar esse realismo tarifário prometido pelo governo. Isso sem contar com a alta normal, que ocorre uma vez ao ano. Já os integrantes do mercado livre, em sua maioria industriais, deverão sentir os impactos também ainda em 2015, mas as regras e percentuais de aumento não estão claros.

Mesmo assim, uma coisa é certa: um aumento na conta de luz impactará o crescimento econômico do país. "A indústria continua pagando a quarta energia mais cara do mundo. O impacto é negativo porque, para os industriais, energia é um insumo importante", afirma.

A primeira opção é o setor repassar os custos em sua totalidade para os consumidores finais. Porém, em função da concorrência com produtos importados, nem todos têm essa possibilidade. Nesses casos, a redução dos custos deverá ser feita por meio de corte de funcionários, com reflexos diretos no desempenho do setor, segundo Faria.

Erros "A MP 579 foi, a meu ver, desastrosa a começar pela forma que foi promulgada. Não teve transparência e nem discussão prévia, o que gerou uma série de erros e impropriedades", afirma o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales. Apesar de ter sido uma medida promulgada em 2012, ela voltou ao debate por ser uma das causas da situação em que o setor se encontra atualmente.

Com uma série de mudanças no setor, a medida forçou redução do preço da energia para os consumidores finais. Porém, conforme lembra o presidente da Thymos Energia, João Carlos Mello, as alterações foram feitas no momento errado. "Algumas pessoas podem pensar que a culpa dessa alta nos preços é a falta de chuva mas a verdade é que o momento foi inadequado para o governo forçar uma redução de preços. Já era sabido que os custos de geração estavam altos por isso era preciso ter cautela naquele momento", afirma. Enquanto de um lado o governo prometia uma conta de luz mais baixa, de outro, despachava cada vez mais as térmicas. Até mesmo as usinas mais caras, com custos girando em torno de R\$ 1 mil o megawatt hora foram utilizadas.

Como a conta entre o que as empresas do setor gastavam e o que recebiam não estava fechando, o governo passou a subsidiar o setor por meio de financiamentos, tomados junto a instituições financeiras, e com recursos do Tesouro. O problema é que o segmento ainda precisa de recursos para se manter neste ano e parte do empréstimo deverá ser paga também em 2015. E é justamente nesse momento em que o governo decidiu adotar o "realismo tarifário" repassando todo o custo para os consumidores.

"O governo foi obrigado a tomar essa medida agora porque existe uma conta enorme a ser paga. Quando em 2012 o governo decidiu usar nossos reservatórios no máximo e passar a sensação para os consumidores de que estava tudo bem com uma redução artificial das tarifas, ele assinou esse cheque que vamos pagar agora", afirma o sócio-diretor da Enecel Energia, Raimundo de Paula Batista Neto.